Reflexos
ISSN : 2260-5959
Éditeur : Université Toulouse - Jean Jaurès

9 | 2025
Lumières et politique dans le monde ibéro-américain

Agentes da palavra impressa e as luzes

Agents de la parole imprimée et les Lumières
Enlightenment and agents of the printed word

Cláudio DeNipoti

http://interfas.univ-tlse2.fr/reflexos/1758

Référence électronique
Cláudio DeNipoti, « Agentes da palavra impressa e as luzes », *Reflexos* [En ligne], 9 | 2025, mis en ligne le 11 mars 2025, consulté le 27 août 2026. URL : http://interfas.univ-tlse2.fr/reflexos/1758

Droits d'auteur
CC BY

Agentes da palavra impressa e as luzes

Agents de la parole imprimée et les Lumières
Enlightenment and agents of the printed word

Cláudio DeNipoti

TEXTE

1 Perceber o "século das luzes" na tradição erudita luso-brasileira, para além do debate de cunho filosófico tradicional, passa por tentar compreender a capilaridade que o termo assumiu dentre a parcela letrada da população, ou com ambições a uma certa erudição, mas que não esteve necessariamente no centro dos principais debates filosóficos do período. Passa também pela busca da polissemia do termo, justificando, no mais das vezes, um processo educacional mais do que um método em particular de educação, e assumindo significados que nem sempre seguiam as principais linhas de reflexão do Iluminismo tradicionalmente expressas nos debates franceses. Assim, buscaremos outras aplicações dos termos relacionados ao Iluminismo, para além de definições analíticas generalizantes, como a que pensa "uma forma ibérica característica do Iluminismo" como o "triunfo avassalador do empirismo britânico em uma extensão inigualável em outros lugares [1]", e no sentido de compreender mais e melhor como os portugueses letrados [2] do século XVIII se apropriaram dos termos relacionados ao movimento geral de ideias de oposição geral à escolástica, colocando a razão e o espírito crítico no centro das preocupações, pois, segundo Ana Cristina Araújo, as fontes portuguesas não apontam para uma adoção irrestrita do termo "Iluminismo", um neologismo à época, mas "na linguagem de 'filósofos', publicistas e reformadores, as referências, no singular, a 'Luz', 'Luz da razão', 'Luz da boa razão', 'Luz da experiência', e, no plural, a 'Luzes', ou mesmo 'Luzes do século', predominam largamente. No domínio das expressões verbais, 'ilustrar', 'civilizar' e 'iluminar', adquirem um sentido equivalente [3]".

2 Os estudos focados em diferentes aspectos da cultura escrita em Portugal do século XVIII – escrita, leitura, censura, comércio e circulação de livros, bibliotecas, etc. – têm reforçado essa pluralidade de significados, marcada também pelo "carácter transnacional da cultura europeia no século XVIII" que "deixou marcas profundas em muitos

autores portugueses que aderiram às ideias e valores da filosofia das Luzes [4]". Além disso, seguindo o roteiro traçado por Daniel Roche para ir além da identificação mecânica entre "Luzes" e "Revolução", os historiadores podem reconstruir "a rede das sociedades eruditas e das lojas [maçônicas], [e] cartografando o espaço que lhes corresponde, o historiador pod[e] finalmente sentir a imbricação no movimento de difusão das Luzes, do lícito e do ilícito, a aliança confusa mas real dos saberes e dos poderes [5]."

3 Podemos iniciar esta busca de significados nos dicionários do período final do século XVIII e inicial do século seguinte, para contextualizar os termos relacionados às luzes. Luz, na definição de Bluteau, em seu dicionário de 1716, é "qualidade subtilíssima, que penetra os corpos diafanos e faz todos os corpos visíveis [...]". Depois de deter-se sobre as propriedades físicas da luz, Bluteau afirmava não haver "símbolo mais claro da prosperidade deste mundo", sendo sempre acompanhada pela sombra, exceto, é claro, deus, que "é luz essencial, sem acidente e luz eterna sem mudança". Associava, a seguir, a publicação de livros e a descoberta de coisas ocultas ("tirar a luz um crime") para descrever "[a] luz da razão, *Lumen Animi* ou *Lumen Mentis*" a partir de exemplos de Columela e Cícero sem, porém aprofundar-se, mas falando ainda, mais adiante, de "homem grande a todas as luzes", ou "luzido a todas as luzes", como alguém que se fia em "bons autores [6]". *Ilustração* é "dar luz e notícia mais clara de alguma coisa", com poucas variações de sentido para "ilustrado", mas associando "ilustrar" com "fazer ilustre', de forma mais relativa à retórica do que a qualquer princípio educativo [7].

4 Na versão revisada do livro de Bluteau, publicada por António Morais Silva no fim do século XVIII, luz é a "matéria que emana do sol, da chama, e faz com que vejamos os objetos [8]". Nesta mesma edição, enquanto 'ilustração' mantém o mesmo significado da edição original, 'ilustrar' significava ainda tornar ilustre, mas 'iluminar' assumia um sentido adicional de "ilustrar declarando ponto doutrinal, ou verdade, com que o entendimento recebe luz [9]".

5 Ao buscarmos usos "comuns" dos termos em meio à profusão documental relativa à cultura escrita do período, podemos começar nossas explorações com uma ausência notável. Na documentação da *Real Mesa Censória* encontramos um grande corpo documental consti-

tuído pelos pedidos para a posse, leitura e/ou venda dos livros proibidos nos vários editais daquela instituição, a partir de 1768, acompanhados pelas provisões em que autorizavam ou negavam esses pedidos. Os requerimentos eram redigidos com justificativas que buscavam convencer os censores que os requerentes tinham real necessidade (ou direito nato, em alguns casos de hierarquização social) para ter a licença pedida e o acesso aos livros proibidos[10]. A imensa maioria das justificativas, porém, elencava uma variação qualquer dos termos "instrução" ou "educação" frequentemente em combinação, com primazia daquele primeiro, como foi o caso do médico "aprovado e formado na Universidade de Coimbra", Luís Pereira, que pedia, em 1776, licença para ter e ler livros proibidos de medicina "para melhor se instruir[11]" e o de D. Pedro José Augusto Flávio de Faria Lemos, Deão do Rio de Janeiro, que em 1780 pediu a licença para "ler e conservar a história Eclesiástica de D. Mauer, que se acha retida na Real Mesa Censória e porque a tem comprado a seu dono Monsieur Borel e Comanhia" para sua maior instrução[12]. Mesmo considerando que tais requerimentos aderissem a regras retóricas preestabelecidas, ou a modelos socialmente compartilhados, causa estranheza hoje a absoluta ausência a qualquer referência à Ilustração, Luzes, ou suas variações, como objetivos dos pedidos.

6 Os censores, porém, usavam "luzes" como argumento em seus pareceres sobre os livros a serem publicados, principalmente como a "palavra final" da censura que considerava o texto analisado "digno" ou "indigno" se "vir à luz[13]". Deve-se manter em mente o fato dos pareceres serem secretos, lidos somente durante as reuniões dos deputados da Real Mesa Censória, o que dava mais liberdade ao debate.

7 Um exemplo (dentre muitos outros), foi o debate realizado pelos censores em 1771 sobre dois livros de ortografia portuguesa que inclui diversos usos dos termos em questão[14]. Frei Luiz do Monte Carmelo falou das "luzes incomparáveis, que singularmente possui[a]" João Pinheiro Freire da Cunha, Professor Régio de gramática latina na Corte e autor do *Breve Tratado da ortografia* que ele analisava[15]. Outro participante deste debate relativizou as críticas a este autor (e à escrita em geral) afirmando que "cada hum discorre segundo as suas luzes, seguros em suas diferentes regras, e princípios, e munido com respeitáveis autoridades[16]". Frei Francisco de São Bento resumiu a ques-

tão ao tentar impor limites ao debate em foco entre os censores, quando se perguntou:

> É verdade que hoje há mais luzes. Porém a quem as devemos se não aos que escreveram contra as doutrinas estabelecidas? E se os nossos maiores impedissem isto, estaria toda a Europa submergida na mesma ignorância dos bons estudos em que eles viveram? E temos nós já todas as luzes e não podem as artes e as ciências subir a maior perfeição [17]?

8 Temos assim três sentidos diferentes atribuídos ao termo "luzes", que se associam tanto à educação dos indivíduos quanto ao debate mais amplo sobre o conhecimento em geral.

9 Entrando em outro *corpus* documental, qual seja, os paratextos editoriais escritos por tradutores portugueses e, particularmente, luso-brasileiros, temos a mesma pluralidade de significados atribuídos às luzes e aos termos a elas relacionados. Podemos começar com José Dias Pereira, vice-reitor do Colégio dos Nobres (reitor a partir de 1798 [18]) que "ocupava uma posição intermediária na estrutura de poder pombalina", tradutor de duas obras italianas (publicadas em 1775 e 1781) contra a ideia de feitiçaria, que podem ser entendidas "tanto como o desempenho de uma missão oficial quanto como parte de um processo de domesticação da Inquisição portuguesa, cujo objetivo era acabar com a crença na feitiçaria e dirigir a atuação da Inquisição para crimes políticos e comportamentais dos sacerdotes [19]." No prefácio de sua *Tradução da defesa de Cecília Faragó, acusada do crime de feitiçaria: obra útil para desabusar as pessoas preocupadas da arte mágica, e os seus pretendidos efeitos*, Dias Pereira associava as 'luzes' à difusão do conhecimento em línguas vernáculas como forma de combate à superstição: "As grandes luzes que atualmente ilustram a Pátria afortunada, não consentem que só os Católicos da França, e da Itália, leiam na língua materna as verdades [...] desta obra [20]". Na sua outra tradução, porém, ele associou o termo aos debates filosóficos sobre e existência de magia, argumentando que os autores italianos aos quais recorre colocaram "em tais luzes o argumento [contra a magia], que se faria escarnecer quem quisesse sustentar o sentimento vulgar [21]".

10 Outro tradutor a usar o termo 'luzes' em um sentido geral de "educação" foi João Rosado de Villalobos e Vasconcelos, professor régio de retórica e autor de um famoso guia educacional do século XVIII [22] e que entendia as luzes em associação com "pátria", e espírito nacional: "[Estes conhecimentos] geram as ideias Patrióticas, criam o espírito Nacional em benefício da utilidade, e honra da Pátria, e propagando-se as luzes por todas as partes, vem depois a fermentar-se estes conhecimentos de sorte, que produzem por muitos modos, e meios a felicidade pública de um Estado [23]". Joaquim António Xavier da Costa endossou essa visão em sua dedicatória a Dom João, na tradução que fez do *Prospecto político do estado atual da Europa*, de Eberhard August Wilhelm von Zimmermann, quando disse que o regente "se interessa em derramar sobre seus fiéis Vassalos aquelas luzes, que mais podem concorrer para a sua constante felicidade [24]", reiterando uma tópica comum, como veremos abaixo. Manoel Jacinto Nogueira da Gama, em seu "discurso do Tradutor" do livro *Reflexões sobre a metafísica do calculo infinitesimal*, de Lazare Carnot, refletiu sobre os obstáculos colocados pela diversidade das línguas à "comunicação das luzes respectivas aos povos mais ou menos instruídos de todos os séculos" compreendendo "iluminação" como educação nacional e forma de superação desses obstáculos a medida em que "as nações se iluminaram [25]".

11 A ideia das luzes como acúmulo de conhecimentos ficou também expressa no "Discurso preliminar e crítico" do professor régio Joaquim José da Costa e Sá para sua tradução da *Arte poética* de Horácio, na qual afirmava ter procurado traduzir o texto para os leitores principiantes

> e não com outra alguma sinistra intenção de querer privar da glória, e bem merecido louvor aos Sábios Portugueses, que me têm precedido neste literário desempenho" (neste caso especificamente, Cândido Lusitano, cuja tradução do mesmo texto teve três edições entre 1758 e 1784). Seus predecessores guiaram-no com "suas luzes, e doutrinas em tão árdua, e difícil empresa [26] [...].

12 No "discurso" citado acima, Nogueira da Gama abordou outro tema recorrente nas atribuições de significado para "luzes", neste caso associado à figura do monarca ilustrado – um tropo comum nos textos iluministas franceses. Segundo Gama, a ação do príncipe Regente D.

João era definida "pelas suas Luzes" que o faziam fundar "sistemas" e proteger as "Letras, as Ciências, e as Artes em geral[27]". Outro tradutor e editor que frequentemente teceu louvores a D. João foi o frei José Mariano da Conceição Velloso[28], que traduziu e publicou uma grande quantidade de obras associadas ao esforço editorial do *Arco do Cego*[29]. Velloso escreveu, na dedicatória do *Tratado sobre o Cañamo*, que ele publicou em 1799, que

> [a]s luzes de VOSSA ALTEZA REAL, e os desejos que tem o seu Augusto Coração, de tirar essa Monarquia da jazida da indiferença, da mornidão, e da tepidez, em que tem estado há anos, nos são um seguro penhor, que sem o encadeamento de muitos, aparecerá no Universo com outra face muito mais brilhante[30][...].

13 Martim Francisco Ribeiro de Andrade Machado, irmão de José Bonifácio e tradutor do *Manual do mineralógico*, de Torbern Bergman[31], fez coro às vozes de encômio a D. João, definindo o monarca como juiz das "luzes" de todos seus súditos:

> Se acontecer não corresponderem minhas fracas luzes, e incapacidade às vistas de V. ALTEZA REAL, a novidade do assunto será bastante escusa da má execução, e sofrerei contente a censura, ficando ela compensada com feliz destino de ser esta Obra protegida por V. ALTEZA REAL [...].

14 Da mesma forma, o Visconde de São Leopoldo, José Feliciano Fernandes Pinheiro, fez um discurso de humildade face ao monarca ilustrado: "Mas se não puderam conseguir minhas luzes ver-se a par de meus desejos, Génios há mais dignos de desempenhar as vistas, e disposições benéficas de V. ALTEZA REAL, pois quando os Príncipes protegem as Letras, logo aparecem Sábios[32]." No mesmo texto, o tradutor assegurava que o monarca era o principal agente de difusão dessas luzes, visando "as verdadeiras riquezas do Estado". O Frei José Mariano Vellozo também enfatizava esse papel centralizador ao afirmar que o trono era a fonte da "benigna luz" que inspira os "debuxos" tradutórios e autorais aos quais se dedica, acrescentando outra nuance à ideia das luzes[33].

15 Além dos tradutores, outros agentes da palavra escrita ajudam-nos a visualizar contextualmente os múltiplos significados atribuídos às

luzes. Pensamos aqui que esses agentes estavam vinculados entre si através de redes de sociabilidade letrada ou científica manifestas nas universidades, academias e mesmo nas redes de comércio de livros. Vimos, no início deste texto, como os censores abordaram esses significados e podemos agora ampliar este espectro, tomando o caso do livreiro Francisco Rolland, que tinha por hábito prefaciar os muitos livros que editava, tanto como estratégia comercial, como para "criar uma imagem de cooperação e integração completa do editor/livreiro com o Antigo Regime português e suas estruturas de poder [34]". Em função dessa prática (redigir prefácios) e em associação com outras estratégias – a reedição de obras clássicas portuguesas, a tradução sistemática de obras francesas e inglesas com diversas reedições ao longo do final do século XVIII e início do século XIX, Rolland pode ser considerado um dos primeiros 'editores' portugueses, no sentido dado ao termo por Roger Chartier como "alguém que atua para além da indicação do seu nome na folha de rosto, agindo diretamente nos processos criativos [35]", seguido, quase concomitantemente pelo frei Mariano Veloso [36]. Rolland associava "luzes" ao contexto de conhecimentos acumulados de um autor, pertinente a seu tempo, como foi o caso de seu prefácio à reedição do *Naufrágio e lastimoso sucesso da perdição de Manoel de Souza Sepulveda*, poema de Jerônimo Corte Real escrito no século XVI. Segundo Rolland, a "pureza, galanteria e elegância" da linguagem de Corte Real eram sintomas das "luzes e conhecimentos do Século, em que floreceu [37]".

16 Escrevendo para o "público", esses tradutores e editores buscavam abordar os sentidos social e culturalmente compartilhados dos termos associados à ilustração como estratégias de aceitação (pela censura, pelo monarca, pelos leitores, etc.) e de leitura. Nesta mesma linha de atuação, os escritores dedicados à imprensa periódica também surgem como agentes importantes do mundo da palavra escrita, mesmo considerando que no mundo luso, essa mesma imprensa foi severamente limitada pelas estratégias pombalinas, como foi o caso da *Gazeta Literária* em 1761-1762 [38]. Escrevendo em 1788, o articulista da *Gazeta de Lisboa* incorreu em diversos usos do termo "luzes" significando educação pessoal nas notícias sobre a Prússia e Inglaterra (supostamente traduções de discursos de líderes políticos ou monarcas). Na notícia da morte do infante D. José, neste mesmo ano, o jornal atribuiu a ele "ser hum bem digno sucessor de sua Augusta Mãe"

devido às suas "muitas luzes, alta penetração e grande prudência [39]". Os indivíduos envolvidos no fenômeno de renascimento da imprensa periódica portuguesa nas primeiras décadas do século XIX também participaram de processos de sociabilidade letrada junto aos tradutores (sendo que, com frequência, ambos os papéis se sobrepunham) e apresentaram usos semelhantes aos termos relacionados à ilustração em suas diversas variantes. José Agostinho de Macedo, frade agostiniano de vida promíscua e escandalosa e polemista que ganhou destaque como crítico da revolução liberal e da proliferação de jornais liberais após 1820 [40] foi um desses indivíduos. Em 1818, lançou o jornal O *desaprovador*, que manteve até 1819, no qual "sob capa de censurar os viciosos hábitos e manias do tempo, ia abrindo largas ensanchas aos costumados vitupérios e mordacíssimas sátiras, com que atacava classes e corporações [41]". Mais tarde, não tendo atingido seu objetivo pessoal de tornar-se famoso como ideólogo do regime absolutista, ele dedicou-se à propaganda do regime. "Esta vocação manifestou-se, particularmente, em três dos muitos periódicos que redigiu: A *Tripa Virada* (1823), A *Besta Esfolada* (1828) e O *Desengano* (1830-1831 [42])." No segundo número d'O *desaprovador*, Macedo dedicou todo um editorial para falar do "século das luzes", dizendo inicialmente que: "A luz é a coisa melhor que há; ela nos descobre o espetáculo do Universo fazendo-nos, que vem a ser o mesmo, ver o quadro na Natureza [43]". Construindo o pano de fundo para a sátira de costumes, ele continuou manifestando sua gratidão por "me ter feito nascer no *século das luzes*, que assim ouvi sempre chamar este em que existimos, e com efeito é por excelência o *século das luzes* [44]," e reiterou o sentido das luzes como acúmulo dos conhecimentos em torno de "todas as Ciências, todas as Artes, todas as Letras se tem ido acinte ajuntando de idade em idade, de século em século para alumiar o presente século [45]!" Chamando em seguida Lisboa de "foco das luzes" iniciadas em Coimbra e outras cidades provinciais, o autor passou a ironizar, a título de catálogo de sintomas do século das luzes, a vida boemia da capital, centrada nos botequins, que parecem "na verdade... [o] Palácio Imperial de Pequim":

> Cada Botequim é hum receptáculo de Filósofos de toda a casta: ali se trata não só da direção e governo da República (e ali mandariam buscar leis Sparta e Athenas, se ainda existissem, e a mesma Roma não mandaria a outra Oficina fabricar as doze Tábuas, e mais ilustrado

> seria Justiniano se ali quisesse compaginado o seu Código,) porém do Galvanismo, da Mistificação, e do Magnetismo animal. Tira-se gás de uma torrada, e muito mais se tira do Ponche [...] porque não há meio mais fácil de progredir nas Ciências, e de gozar do *século das luzes*, que ser Doutor de orelha [46] [...].

17 Após este introito irônico, o autor seguiu dando exemplos de trabalhos inócuos, desnecessários ou fúteis sendo perseguidos pelos ilustrados de botequim, que ele identificava com os defensores das ideias liberais, mas que se manifestam, na sua pena, sintomáticos da corrupção das ideias centrais das luzes que ele elogiara no início do artigo.

18 Mais um exemplo do uso da ideia de luzes pode ser encontrado em outro jornal desta época, o *Investigador português em Inglaterra*, criado em 1811 por iniciativa do embaixador português em Londres, Domingos António de Sousa Coutinho com apoio de seu irmão, D. Rodrigo de Sousa Coutinho [47]. Como outros periódicos semelhantes à época, o *Investigador* trazia artigos copiados ou traduzidos de outros jornais, sem muita preocupação em estabelecer a autoria original. Em novembro de 1811 o jornal publicou um tal artigo, intitulado "Será a educação necessária, ou avantajosa às classes inferiores?" Nele, o autor (anônimo) completava a questão argumentando que o trabalho manual obrigatório, tornado uma "tarefa quase eterna" das "classes inferiores" destruía a "primitiva curiosidade" dos indivíduos e os tornava ineptos "para ser[em] iluminado[s] pelas luzes da ciência [48]". As luzes retomam aqui o seu sentido educacional mais próximo àquele dos iluministas "radicais [49]". No ano seguinte, o jornal transcreveu um "regulamento da liberdade de imprensa" aprovado na Venezuela (recentemente independente da Espanha napoleônica), em que a associação entre as luzes, imprensa e direitos individuais foi tornada explícita:

> Persuadida a Secção Legislativa de Caracas de que a Imprensa é o canal mais seguro para comunicar as luzes a todos, e que a faculdade individual dos Cidadãos de publicar livremente seus pensamentos, e ideias políticas, é não só um freio contra a arbitrariedade dos que governam, mas também um meio de ilustrar os Povos em seus direitos [50].

19 Outros sentidos dos termos surgem ao longo do jornal: 1) o de luzes como conhecimentos individuais: "[...] tão respeitado pelas suas virtudes, como pelas suas luzes [51] [...]"; "Era moda, entre aquelles mesmos, que tiraram proveito das suas luzes, e da sua bondade, depreciar o seu merecimento como astrônomo e como homem [52]"; "Eu submeto ás altas luzes de V.a Ex.a [...]". 2) Luzes como conhecimento acumulado: "Se nós pudéssemos formar um tribunal, dotado de uma imperturbável sagacidade na seleção dos instrumentos mais próprios para difundir as luzes [53][...]". Anos mais tarde, já sob a direção de José Liberato Freire de Carvalho [54], as imagens sobre as luzes persistiam como um tropo consistente. Ao falar sobre a política na Espanha em 1817, o editorialista se perguntava: "de que valem as luzes ou as letras" em debates partidários nos quais predominavam os ataques pessoais [55], e ao falar sobre a "Prússia, Áustria e Reino dos Países Baixos", dizia: "[q]uase todos os governos do continente fizeram tratados de comércio ruinosos com a Inglaterra, e no tempo de sua assinatura bem pouco ou nada se queixaram os povos do mal que esses Tratados lhe faziam; sinal que o não conheciam, e que as suas luzes não eram como as de agora [56]," completando que a riqueza inglesa fora baseada na "ignorância dos povos da Europa" e advogando que isso fosse combatido com "ressurreição e progresso das luzes [57][...]".

20 No *Correio Brasiliense* o tema das luzes também foi recorrente e, desde o primeiro número em 1808, Hipólito da Costa articulou suas ideias em torno das ciências e das luzes, adquiridas ao longo de sua formação e atuação a serviço da coroa [58] em discursos panfletários de cunho satírico [59]. Segundo ele,

> O primeiro dever do homem em sociedade é ser útil aos membros dela; e cada um deve, segundo as suas forças físicas, ou Morais, administrar, em benefício da mesma, os conhecimentos, ou talentos, que a natureza, a arte ou a educação lhe prestou. O indivíduo, que abrange o bem geral duma sociedade, vem a ser o membro mais distinto dela: as luzes, que ele espalha, tiram das trevas, ou da ilusão, aqueles, que a ignorância precipitou no labirinto da apatia, da inépcia, e do engano [60].

21 Vemos aqui a associação entre a obtenção das luzes através da educação com a ideia de utilidade, ou seja, a capacidade das práticas educativas em "converter os ignorantes à verdade [61]". Embora os

exemplos possam ser multiplicados enormemente, citaremos apenas mais um, também de 1808, incluído em uma proclamação convocando os portugueses a reagir à "mais terrível erupção de Bárbaros" da Europa, "e isso no tempo das chamadas Luzes [62]!"

22 Criticando Hipólito, o Frei Joaquim de Santo Agostinho França Galvão escreveu suas *Reflexões sobre o correio brasiliense* que

> [a] verdade, e o bem dos homens, devem ser os motivos de todas as composições Literárias. O Escritor, que se não propõe espalhar sobre os seus semelhantes as luzes de uma sã razão, dilatar o Império da virtude, e melhorar a condição do homem social, inculcando moderação aos que mandam, e sofrimento aos que obedecem é um charlatão indigno, que merece o desprezo dos homens justos, e sábios de todos os Séculos, e de todas as Nações [63].

23 A crítica ficou mais incisiva quando Galvão rebateu a associação, feita por Hipólito, entre a Inquisição e o descrédito das luzes em Portugal, perguntando-se "Qual tem desacreditado mais este Reino, se a Inquisição, se as supostas luzes do presente século [64]".

24 Podemos continuar multiplicando exemplos desses usos na documentação manuscrita e impressa para compor um inventário descritivo, mas cumpre antes problematizar esses usos em consonância com outras definições conceituais da época, lembrando sempre que as sociabilidades letradas que ligavam esses diversos agentes da palavra escrita também os faziam compartilhar um "glossário" gramatical simbólico comum (ou, se preferirmos, o *habitus* enunciado por Pierre Bourdieu [65]). Em primeiro lugar, temos os vários exemplos que associavam as 'luzes' ao conjunto de conhecimentos individuais que distinguiam determinados indivíduos, inserindo-os no universo letrado, ou, dito melhor, no universo dos 'letrados' portugueses. Definidos fundamentalmente como possuidores de educação universitária formal, particularmente em direito, e (quase sempre) a serviço da coroa, o termo ganhou importância e capital simbólico ao longo dos séculos XVII e XVIII, funcionando como substantivo identitário (o letrado) ou como adjetivo ou advérbio [66]. Fora deste conceito mais estrito, as "luzes" surgiam associadas à ideia mesma de educação ou instrução, binômio comum nos debates sobre a "formação geral do indivíduo para o convívio social nos quadros culturais cristãos (católicos, neste

caso) e que a instrução fosse parte daquela, e estivesse mais próxima da aquisição de conhecimentos e habilidades úteis [67]". Como parte de uma prática educativa realizada em espaços de sociabilidade científica, a difusão das "luzes" se torna um sentido comum dos termos associados à ilustração.

25 Finalmente, mas não menos importante, estão os sentidos que a historiografia atribuiu à Ilustração (e à contra-ilustração [68]) de busca de conhecimentos por um paradigma definido pela observação sistemática (e metodológica) em oposição ao recurso à autoridade douta [69]. A associação das 'luzes' com o progresso científico verificado em uma enorme gama de disciplinas a partir do século XVII passou a fazer parte do vocabulário geral como um neologismo (palavra criada no século XVIII) comumente aceito. O embate em torno dos significados políticos dessas 'luzes' foi, porém, mais acirrado e prenhe de camadas interpretativas, como fica evidente nos exemplos finais citados acima, tirados do início do século XIX português.

BIBLIOGRAPHIE

ARAÚJO, Ana Cristina, "Modalidades de leitura das Luzes no tempo de Pombal", *Revista de História*, v. 10, 1990, p. 105-127.

ARAÚJO, Ana Cristina, A *Cultura das Luzes em Portugal. Temas e problemas*, Lisboa, Livros Horizonte, 2003.

ARAÚJO, Ana Cristina, "A herança de Espinosa num manuscrito silenciado e num livro proscrito de Ribeiro Sanches", in CHARTIER, Roger; RODRIGUES, José Damião; MAGALHÃES, Justino, *Escritas e Cultura na Europa e no Atlântico Modernos*, Lisboa, Universidade de Lisboa, 2020, p. 125-147.

BARBUT, Jacques, *Helminthologia portugueza, em que se descrevem alguns generos das duas primeiras ordens, intestinaes, e molluscos da classe sexta do reino animal, vermes, e se exemplificaõ com varias amostras de suas especies, segundo o systema do cavalheiro Carlos Linne* (Trad. Fr. José Mariano da Conceição Velloso), Lisboa, na Officina de Joaõ Procopio Correa da Silva, 1799.

BERGMAN, Torbern, *Manual do mineralogico ou esboço do reino mineral disposto segundo a análise chimica* (trad. Martim Francisco Ribeiro de Andrade Machado), Lisboa, na Oficina de João Procópio Correia da Silva, 1799.

BLUTEAU, Rafael, *Vocabulario portuguez, & latino*, Lisboa, na Officina de Pascoal da Sylva, Impressor de Sua Magestade, 7 v., 1716.

BOURDIEU, Pierre, A *economia das trocas simbólicas*, São Paulo, Perspectiva, 1974.

CARNOT, Lazare Nicolas Marguerite, *Reflexões sobre a metaphysica do calculo infinitesimal* (Trad. Manoel Jacinto Nogueira da Gama), Lisboa, na Officina de João Procopio Ferreira, 1798.

CARVALHO JUNIOR, Eduardo Teixeira de, "Método", *Glossário de termos do mundo ibérico setecentista*, disponível em https://denipoti.wixsite.com/website. Acesso em: 16/09/2021.

CHARTIER, Roger, A *ordem dos livros. Leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos* XIV *e* XVIII, Brasília, Editora UNB, 1998.

CORTE REAL, Jerônimo, *Naufrágio e lastimoso sucesso da perdição de Manoel de Souza Sepulveda*, etc., Lisboa, na Typografia Rollandiana, 1783.

CULTURA Americana que contem huma relação do terreno, clima, producção e agricultura das colonias britânicas no norte da America e nas Indias Occidentais (Trad. José Feliciano Fernandes Pinheiro), Lisboa, na Officina de António Rodrigues Galhardo (impressor do eminentíssimo Senhor Cardeal Patriarca), 1799.

DENIPOTI, Cláudio; FONSECA, Thais Nivea de Lima, "Censura e mercê. Os pedidos de leitura e posse de livros proibidos em Portugal no século XVIII", *Revista Brasileira de História da Ciência*, v. 4, n. 2, 2011, p. 139-154.

DENIPOTI, Cláudio; PEREIRA, Magnus Roberto de Mello, "Feitiçaria e iluminismo: traduções e estratégias editoriais em Portugal no Século XVIII", *Revista Maracanan*, v. 10, n. 10, 2014, p. 48-63.

DENIPOTI, Claudio, "O livreiro que prefaciava (e os livros roubados); os prefácios de Francisco Rolland e a circulação de livros no império Português ao fim do século XVIII", *História: Questões & Debates*, v. 65, n. 1, 2017, p. 385-411.

DENIPOTI, Cláudio, "O 'y', o artigo e as ortografias: a censura e o vernáculo português do século XVIII", *Revista Brasileira de História*, v. 38, 2018, p. 37-55.

DENIPOTI, Cláudio, "Util/utilidade", *Glossário de termos do mundo ibérico setecentista*. Disponível em https://denipoti.wixsite.com/website. Acesso em: 16/09/2021.

O DESAPPROVADOR, No. 2, Lisboa, na Impressão de Alcobia, 1818.

ELEMENTOS da Policia Geral de hum Estado (Trad. João Rosado de Villalobos e Vasconcelos), Lisboa, na Officina Patr. de Francisco Luiz Ameno, 1786.

FERREIRA, J. P. Rosa, "Humor, insulto e política nos periódicos de José Agostinho de Macedo", *Atlante. Revue d'études romanes*, n°13, Automne 2020, p. 216-235.

FLACCO, Horacio, *Arte poetica ou epistola aos pisões* (Trad. de Joaquim José da Costa e Sá), Lisboa, na Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1794.

FONSECA, Thais Nívia e Lima, *Letras, ofícios e bons costumes. Civilidade, ordem e sociabilidades na América Portuguesa*, Belo Horizonte, Autêntica, 2009.

FONSECA, Thais Nívia de Lima e, "Educação / instrução", *Glossário de termos do mundo ibérico setecentista*, disponível em https://denipoti.wixsite.com/website. Acesso em: 16/09/2021.

GALVÃO, Frei Joaquim de Santo Agostinho França, *Reflexões sobre o Correio*

Brasiliense. Lisboa, na Impressão Regia, vol 1, 1809.

HARDEN, Alessandra, *Brazilian translators in Portugal 1785-1808: ambivalent men of Science*, Tese de Doutorado (Science History), University College Dublin, Dublin, 2010.

O INVESTIGADOR *portuguez em Inglaterra* ou jornal literario politico [Bernardo José de Abrantes e Castro, Vicente Pedro Nolasco da Cunha, José Liberato Freire de Carvalho], V. 1 (Jul. 1811) - V. 23 (Fev. 1819), Londres, H. Bryer, 1811-1819.

ISRAEL, Jonathan Irvine et al., *Radical enlightenment: philosophy and the making of modernity*, 1650-1750, Oxford University Press, USA, 2001.

MCMAHON, Darrin M., *Enemies of the Enlightenment: the French Counter-Enlightenment and the making of modernity*, Oxford University Press, USA, 2002.

MACHADO, Adelaide Maria Muralha Vieira, A *importância de se chamar português: José Liberato Freire de Carvalho na direcção do investigador português*, 1814-1819. Tese de Doutorado, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2011.

MAFFEI, Francesco Scipione, A *arte magica aniquilada* (Trad. José Dias Pereira), Lisboa, na Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1783.

MARCANDIER, *Tratado sobre o Canamo* (Trad. Martim Francisco Ribeiro d'Andrade), Lisboa, na Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1799.

MORAES SILVA, António de, *Diccionario da lingua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e accrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro*. Lisboa, na Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 2 v., 1789.

MENESES, José Newton, "Rotas de saberes entre Europa e Américas e a edição de livros técnicos de agricultura no mundo luso-brasileiro do século XVIII e início do séc. XIX", *Língua Portuguesa*, III Série Nº 28/29, 2015, p. 99.

PEREIRA, José Dias, *Traducção da defeza de Cecilia Faragó, accusada do crime de feitiçaria : obra útil para desabusar as pesoas preoccupadas da arte magica, e os seus pretendidos efeitos*, Lisboa, na Officina de Manuel Coelho Amado, 1775.

RIPE, Fernando Cezar, "O perfeito pedagogo: análise de um manual pedagógico português que ensinava regras de civilidade e de urbanidade cristã (Portugal, século XVIII)", *Revista de História e Historiografia da Educação*, v. 3, n. 7, 2020, p. 73-107.

ROCHE, Daniel, "Uma declinação das luzes" in RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean- François, *Para uma história cultural*, Lisboa, Editorial Estampa, 1998, p. 25-50.

SANTOS, Antônio César de Almeida, "Letrados", *Glossário de termos do mundo ibérico setecentista*. Disponível em https://denipoti.wixsite.com/website. Acesso em: 16/09/2021.

SILVA, Aparecida Macena da, A *coluna "Reflexões" de Hipólito da Costa no Correio Brasiliense (1808-1822): uma voz pela liberdade de imprensa, união do Brasil com Portugal e contra governos despóticos*, Tese de Doutorado em História, Unesp, 2010.

SILVA, Inocêncio Francisco da, *Diccionário bibliográphico portuguez*, Imprensa Nacional, 1862.

SOUSA, Jorge Pedro, "O advento da crítica ao jornalismo em Portugal: O caso de José Agostinho de Macedo", Comunicação apresentada ao *Colóquio Brasil x Portugal, no âmbito do* XXXI *Congresso Brasileiro da Intercom*, Natal, 2008.

TAVARES, Rui, *Le censeur éclairé (Portugal 1768-1777)*, Tese de Doutorado, Paris, EHESS, 2014, 764 p.

ZAROSKI, Pamela Sue, *Tecendo Conexões Ultramarinas: A Participação de Hipólito da Costa Nos Planos Econômicos de Dom Rodrigo de Souza Coutinho (1798-1800).* Dissertaçãode Mestrado em História, UFPR, 2015.

ZIMMERMANN, E.A., *Prospecto politico do estado actual da Europa* (Trad. Joaquim Antonio Xavier da Costa), Lisboa, na Regia Officina Typografica, 1799.

NOTES

1 ISRAEL, 2001, p. 529.

2 Para uma definição do termo, ver SANTOS, s.d.

3 ARAÚJO, 2003, p. 16.

4 ARAÚJO, in CHARTIER, RODRIGUES, MAGALHÃES, 2020, p. 125.

5 ROCHE, 1998, p. 36.

6 BLUTEAU, 1716, v. 5, p. 215-6.

7 BLUTEAU, 1713, v. 4, p. 52.

8 MORAES SILVA,1789, v. 2, p 37.

9 *Idem*, vol. 1, p. 694.

10 DENIPOTI, Fonseca, 2011, p. 139-154.

11 ANTT, Real Mesa Censória, Requerimentos, caixa 113.

12 *Idem*, p. 217.

13 TAVARES, 2014, p. 13-14.

14 DENIPOTI, 2018, p. 37-55.

15 Luiz do MONTE CARMELO, Parecer, ANTT, Real Mesa Censória, Cx. 7, n. 102, s./d.

16 ANTT, Real Mesa Censória, Caixa 7, n°54, 27/06/1771.

17 Frei Francisco de SÃO BENTO, Parecer, ANTT, Real Mesa Censória, 05/07/1771.

18 SILVA, T. 4, 1862, p. 306.

19 DENIPOTI, PEREIRA, 2014, p. 48-63.

20 PEREIRA, 1775.

21 MAFFEI, 1783.

22 FONSECA, 2009, p. 90; RIPE, 2020, p. 73-107.

23 *Elementos da Policia Geral de hum Estado*, 1786.

24 ZIMMERMANN, 1799.

25 CARNOT, 1798.

26 HORÁCIO FLACCO, 1794.

27 CARNOT, *Op. cit.*

28 DENIPOTI, PEREIRA, 2013, p. 257-271.

29 HARDEN, 2010.

30 MARCANDIER, 1799.

31 BERGMAN, 1799.

32 *Cultura Americana que contém uma relação do terreno [...]*, 1799.

33 BARBUT, 1799.

34 DENIPOTI, 2017, p. 386.

35 *Idem*, p. 388. Ver também CHARTIER, 1998, p.47.

36 MENESES, 2015, p. 99.

37 CORTE REAL, 1783, p. vi.

38 ARAÚJO, 1990, p. 105-127.

39 *Segundo Supplemento à Gazeta de Lisboa*, 13/09/1788.

40 SOUSA, 2008.

41 SILVA, 1898, p. 106, in SOUSA, p. 7.

42 FERREIRA, 2020, p. 216-235.

43 *O Desapprovador*, 1818, p. 9.

44 *Idem*, itálicos no original.

45 *Idem*, p. 9-10.

46 *Idem*, p. 11. Itálicos no original.

47 MACHADO, 2011.

48 O *Investigador Portuguez*, 1811, p. 21-22.

49 ISRAEL, *Op. cit*.

50 O *Investigador Portuguez*, 1812, p. 451.

51 *Idem*, 1811, p. 236.

52 *Idem*, 1811, p. 145.

53 *Idem*, 1812, p. 332

54 MACHADO, *Op. Cit.*

55 O *Investigador Portuguez*, 1817, p. 87.

56 *Idem*, p. 96.

57 *Idem*, p. 97.

58 ZAROSKI, 2015.

59 SILVA, 2010.

60 *Correio Braziliense*, setembro de 1808, p. 4.

61 TAVARES, *Op cit*, p. 167. Ver também DENIPOTI, "Util/utilidade", *Glossário* [...].

62 *Correio Braziliense*, setembro de 1808, p. 328 (itálico no original).

63 GALVÃO, 1809, vol 1, p. 3.

64 *Idem*, p. 123.

65 Bourdieu, 1974.

66 Santos, "Letrados", *Glossário* [...].

67 Fonseca, "Educação/instrução", *Glossário* [...].

68 Mcmahon, 2002.

69 Carvalho Junior, "Método", *Glossário* [...].

RÉSUMÉS

Português
Pensando no eixo temático das traduções das luzes nos contextos políticos da América Latina, proponho uma inversão de abordagem, fugindo da história das ideias (sem nenhum demérito aos resultados obtidos nesse campo)

para tentar compreender a ideia mesma das luzes, ou da ilustração. Para isso, utilizarei o *corpus* documental criado por paratextos editoriais escritos por tradutores portugueses e, particularmente, luso-brasileiros, nos quais eles tentam avançar significados para o termo "luzes" ou suas variantes. As variações de significados encontradas serão analisadas em comparação com as versões "oficiais" do termo – na dicionarística por exemplo, ou nos escritos dos juízes da Real Mesa Censória – particularmente nos pareceres de censura. Assim, pensar a tradução dos textos da ilustração para o Português também é um exercício de tentar compreender a história "vista de baixo", a partir do esforço de uma centena de indivíduos empenhados no processo tradutório e suas interpretações desse processo.

Français

En prenant pour point de départ l'axe thématique des traductions des Lumières dans les contextes politiques de l'Amérique latine, je propose une inversion d'approche, en m'écartant de l'histoire des idées (sans aucun discrédit pour les résultats obtenus dans ce domaine) afin de tenter de comprendre l'idée même des Lumières, ou de l'Illustration. Pour ce faire, j'utiliserai un corpus documentaire constitué de paratextes éditoriaux rédigés par des traducteurs portugais et, plus particulièrement, luso-brésiliens, dans lesquels ils tentent d'avancer des significations pour le terme « Lumières » ou ses variantes. Les variations de sens trouvées seront analysées en comparaison avec les versions « officielles » du terme – par exemple dans la lexicographie ou dans les écrits des juges de la Real Mesa Censória – notamment dans les avis de censure. Ainsi, penser la traduction des textes de l'Illustration vers le portugais est aussi un exercice visant à comprendre l'histoire « vue d'en bas », à partir de l'effort d'une centaine d'individus engagés dans le processus de traduction et dans leurs interprétations de ce processus.

English

In a reflection on the thematic axis of translations of the Enlightenment in the political contexts of Latin America, I propose to reverse my approach, which escapes from the history of ideas (without taking away any merit from the results obtained in this field) in an attempt to understand the very idea of Enlightenment or Illustration. To do this, I will use the corpus of documents consisting of editorial paratexts written by Portuguese and, in particular, Luso-Brazilian translators, in which they attempt to put forward meanings for the term 'luzes' or its variants. The variations in meaning found will be analysed in comparison with the 'official' versions of the term, in dictionaries for example, or in the writings of the judges of the *Real Mesa Censória* - particularly in censorship notices. In this way, reflecting on the translation into Portuguese of Enlightenment texts is also an exercise in trying to understand history 'from below', based on the efforts of a hundred or so individuals involved in the translation process and in interpretations of this process.

INDEX

Mots-clés
Illustration, censure, traduction, luso-brésiliens, XVIIIe siècle

Keywords
Enlightenment, censorship, translation, Luso-Brazilians, 18th century

Palavras chaves
Ilustração, censura, tradução, luso-brasileiros, século XVIII

AUTEUR

Cláudio DeNipoti
Universidade Estadual de Londrina, Brasilhttp://lattes.cnpq.br/6493449339376338 https://orcid.org/0000-0002-0862-5203Cláudio DeNipoti é Bacharel e licenciado em História (1990), mestre em História (1994) e doutor em História (1998) pela Universidade Federal do Paraná. Realizou estudos de pós-doutorado junto à Cátedra Jaime Cortesão, da Universidade de São Paulo (2009-2010) e estágio Sênior junto à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (2015). Publicou: *Páginas de prazer* (Editora da Unicamp, 1999); *A sedução da leitura* (Editora Fi, 2018) E *Um livro sobre livros; Cultura escrita em Portugal e no Brasil (1770-1820)* (Editora Fi, 2022). Atualmente é professor associado da Universidade Estadual de Londrina e professor do corpo permanente do Mestrado em História, Cultura e Identidades, da UEPG e do Mestrado em História Social, da UEL. Participa do grupo de pesquisa CEIbero – Cultura e Educação nos Impérios Ibéricos.